

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – CONCURSO PÚBLICO**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Mesa da Assembleia
  - 2.2 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## CONCURSO PÚBLICO

### AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE JURADO

#### Cód. 107 – Policial Legislativo Masculino

#### Cód. 108 – Policial Legislativo Feminino

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público e a Fumarc, nos termos do subitem 9.12 do Edital nº 1/2022, convocam os candidatos a seguir relacionados para apresentarem, caso possuam, comprovante de efetivo exercício da função de jurado.

1 – O comprovante deverá ser digitalizado e enviado por meio de *link* disponibilizado especialmente para esta finalidade no sítio eletrônico <[www.fumarc.com.br](http://www.fumarc.com.br)>, até o dia 31/10/2023.

2 – Serão aceitos certidões, declarações, atestados e outros documentos públicos que comprovem o efetivo exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal – CPP –, emitidos pelos tribunais de justiça estaduais, regionais e federais do País.

3 – A não apresentação do comprovante até a data indicada impedirá que o critério de que trata o art. 440 do CPP seja posteriormente utilizado a favor do candidato.

#### Policial Legislativo Masculino – Cód. 107

Inscrição	Nome
183550	ADÃO SOUZA BATISTA
169113	ALLAN RESENDE PEREIRA
152818	ALVARO DE MELO POMINI
145125	ANDERSON FIALHO VALENTE
171848	ANTHONNI DE MÁXIMO RANGEL ALVES
124540	ARTHUR BATISTA BARCELOS
246186	ASAFE CLEMENTE GADELHA DE MEDEIROS
143744	BERNARDO VAZ DE MELLO FIRMO DA SILVEIRA
183942	BRUNO DANIEL DOS ANJOS SILVA
143277	CARLOS ROBERTO PEREIRA JUNIOR
155094	CLAYTON ATILA GOMES

161410	DANIEL GUIMARAES SILVA LUCENA
103136	DJEISSON GONÇALVES FERREIRA
166169	FERNANDO ALVES DA SILVA CIRINO
169277	GABRIEL BASSAGA NASCIMENTO
213953	GUILHERME TOLEDO FILGUEIRAS
213594	GUILHERME VINÍCIUS FERREIRA SANTOS
156790	GUSTAVO COSTA DE SOUZA
205363	GUSTAVO PENA MAZZOCO
143485	IAGO POTRICH
175184	IGOR GONÇALVES SILVA DO AMARAL
223434	JHONATA VILELA DE OLIVEIRA
135538	JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS
117954	LEIRSON MAGARAO ALVES
163425	LEONARDO DAMASCENO ELLER
189216	LEONARDO GOMES REIS
194569	LEONARDO MARTINS DINIZ
120584	LUCAS MARCUCCI VILAÇA
229223	LUCAS REIS DE ALMEIDA
101445	LUCAS THADEU DA SILVA RAMOS
207202	LUIS AUGUSTO MESQUITA
242616	MARCEL DE OLIVEIRA BARONI
256017	MARCIO VINÍCIUS ARAÚJO FERNANDES
195724	MATEUS DE OLIVEIRA CORREIA DA SILVA
103984	MATEUS VAZ DOS SANTOS
168362	MAX PIERRE ALMEIDA DOS SANTOS
236006	MICHEL LIMA DA SILVA
262048	ONOFRE RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR
226969	PABLO FERREIRA DE PAULO MENEZES
100403	PEDRO HENRIQUE CARDOSO DE OLIVEIRA
135083	RAFAEL AFONSO GONÇALVES LOPES
106802	RAFAEL TOSCAN
121058	RAPHAEL TCHUKARAMA NEVES COSTA
196916	RAYAN YBARRA BARBOZA
219331	RICARDO TEIXEIRA NUNES MARQUES
118720	RODRIGO NOGUEIRA DA SILVA
170899	RODRIGO SILVA DE SENA
102616	SAUL PAULA PARREIRA FILHO
130002	SEBASTIÃO LUCIANO DOS SANTOS
181368	THIAGO DE OLIVEIRA MARQUES
102460	THIAGO DO COUTO SILVA
161052	VERGÍLIO SALAZAR MALTA
154267	VICENTE DE AZEVEDO LEITÃO
238493	VINÍCIUS GOMES ARCHANJO
146889	WILLIAM DOS SANTOS VIEIRA NETO

**PoliciaI Legislativo Feminino – Cód. 108**

Inscrição	Nome
129896	ALESSANDRA BRIOSCHI ANTONACCI
211312	ISABELLA GUARNIER DE LIMA FERNANDES PAULINO
109128	JULIANA DRUMOND BAPTISTA
253886	LUIZA IUNES DE BARROS
243912	PAULA NUNES BORGIO GUIMARÃES
103215	SABRINA SOARES SILVA

**ATAS****ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/5/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de maio de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/5/2023

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de janeiro de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de janeiro de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova a prestação de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/1/2023, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009; 4ª) dispõe sobre a publicação no Portal da Assembleia Legislativa das informações sobre as despesas de cada parlamentar relativas à verba indenizatória referentes à legislatura em curso e à imediatamente anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Arlen Santiago referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo ata de registro de preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Criativa Soluções para Construção Eireli, tendo como objeto a aquisição de materiais para reforma e manutenção predial – parecer favorável à assinatura da ARP nº 2/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 104/2022, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa autoriza o diretor-geral a firmar e extinguir contratos, atas de registro de preços e instrumentos congêneres no valor de até R\$200.000,00, observado o disposto no parágrafo único do art. 33 e na alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 36 da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21 de setembro de 2022. A seguir, a Mesa manifesta-se favorável à concessão do Adicional de Desempenho – ADE –, nos termos da Lei nº 17.590, de 20 de junho de 2008, e alterações, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.421, de 30 de junho de 2008, e alterações, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas e homologou a listagem contendo os nomes dos servidores aptos à obtenção do ADE, no ano de 2023. Logo após, a Mesa manifesta-se favoravelmente à concessão de progressão e promoção na carreira, a partir de 1º de janeiro de 2023, aos servidores efetivos e do Grupo de Execução da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 15.014, de 15 de janeiro de 2004 e 22.478, de 2 de janeiro de 2017, e das Resoluções nºs 5.214, de 23 de dezembro de 2003, 5.215, de 19 de julho de 2004, 5.314, de 18 de julho de 2008, 5.347, de 19 de dezembro de 2011, e 5.365, de 31 de julho de 2012, regulamentadas pela Deliberação da Mesa nº 2.432, de 8 de setembro de 2008, e alterações, à vista de parecer do Conselho de Diretores que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas e homologou a listagem elaborada contendo o nome dos servidores aptos à evolução na carreira. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de maio de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/5/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de fevereiro de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de fevereiro de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 28/2/2023, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de maio de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/5/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de março de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de março de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/3/2023, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009; 4ª) ratifica a autorização contida no inciso III do *caput* do art. 1º da Decisão da Mesa de 16 de agosto de 2017 para repassar os recursos referentes à composição da reserva técnica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – que são de responsabilidade do poder público, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999. Em seguida, por meio da Deliberação nº 2.816/2023, a Mesa dispõe sobre a implementação do Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa no período de 1º de fevereiro de 2023 a 1º de fevereiro de 2025, e, por intermédio da Deliberação nº 2.817/2023, dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial – parecer favorável à prorrogação, até 1º/8/2023, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa VMI Sistemas de Segurança Ltda., tendo como objeto a aquisição de três unidades de escâneres compactos de vistoria de volumes com suas respectivas estações de controle e análise de imagem – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1/2023, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia

Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa profere decisões sobre os recursos interpostos, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 3/2023, pelas seguintes licitantes: Datacriticalti Tecnologia da Informação Ltda. – pelo não provimento do recurso, mantida a decisão de desclassificação de sua proposta no certame, considerando manifestação das áreas técnicas responsáveis pela demanda da contratação; DPS Engenharia S.A. – pelo provimento do recurso, reformando a decisão que inabilitou a licitante e concedendo a reabertura de prazo hábil para a apresentação dos documentos de qualificação econômico-financeira, considerando a manifestação da Procuradoria-Geral da Casa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/6/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, é aprovado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/6/2023, o servidor José Raimundo da Cruz, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/6/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.819/2023, altera as Deliberações da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, que disciplina a aplicação da verba indenizatória em razão da atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar; e 2.817, de 29 de maio de 2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos no âmbito da Assembleia. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa SM Consultoria em Projetos Ltda., tendo como objeto a prestação de

serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 12/6/2023, o servidor Wagner Henriques de Souza, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 6/6/2023, a servidora Lucia Helena Lima Stehling, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/6/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Doutor Jean Freire referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, é aprovado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 25/4/2023, o servidor Fernando Lisboa Rosa, ocupante do cargo efetivo de oficial de execução das atividades da secretaria, no exercício da função gratificada de nível superior – FGS. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 3/7/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Magalhães referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Professor Cleiton referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Isso posto, a Mesa, nos termos do art. 33, I, da Deliberação nº 2.802/2022, autoriza a abertura do processo nº 1011014 55/2023, Pregão Eletrônico nº 25/2023, cujo objeto é a contratação de serviços de transporte aéreo, declarando que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 4 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 10/7/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Duarte Bechir, Projeto de Resolução nº 12/2023, de autoria da Mesa, que altera as Resoluções nºs 3.800, de 30 de novembro de 1985, que contém a estrutura orgânica da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e 5.339, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa – parecer de 2º turno pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; ao deputado Antônio Carlos Arantes, requerimento de natureza administrativa do deputado Doutor Jean Freire referente à assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; à deputada Leninha, Requerimento nº 230/2023, de autoria do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de informações sobre o andamento do programa Água para Todos, sua realidade física e orçamentária até o momento, detalhando-se os valores dos recursos que serão destinados em 2023 às cisternas, às barraginhas e aos sistemas simplificados de abastecimento de água – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 503/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a estrutura de fornecimento de energia elétrica no Bairro Graminha, em Juiz de Fora, esclarecendo-se: a composição das equipes funcionais de instalação, manutenção e atendimento à população; o valor investido, nos últimos quatro anos, em ações de melhoria da infraestrutura no referido bairro, visto que a população sofre com constantes interrupções no fornecimento de energia; e o prazo médio de atendimento em domicílio quando solicitado pela população – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 581/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações acerca do número de mães estudantes matriculadas em cada campus da Universidade – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado;

Requerimento nº 717/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas em parceria com municípios em prol da preservação, conservação e acesso à água no Estado – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 729/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de informações consubstanciado no cronograma para realização, em caráter de urgência, das obras de recuperação da MG-432, notadamente no trecho próximo à BR-040, em Esmeraldas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 848/2023, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca do cumprimento dos ditames da Lei nº 23.791, de 2021, que, entre outros aspectos, determina a promoção de uma maior divulgação da profissão de cuidador de idosos, bem como a melhoria dos serviços prestados aos idosos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 876/2023, de autoria do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – e ao diretor-presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de informações sobre as seguintes questões, afetas à Copanor: quantas multas foram aplicadas à Copanor em 2021 e em 2022; qual o valor total das multas aplicadas à Copanor em 2021 e em 2022; quais são as 20 unidades da Copanor que receberam o maior número de multas em 2021 e em 2022; quais são os 20 municípios de Minas Gerais que tiveram mais casos de interrupção de fornecimento de água em 2021 e em 2022; quais os 20 períodos e locais de maior interrupção de fornecimento de água em 2021 e em 2022; e quais são os 20 municípios de Minas Gerais que tiveram mais reclamações de consumidores em 2021 e em 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 877/2023, de autoria do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Arsae-MG pedido de informações sobre as seguintes questões, relativas à Copasa-MG: quantas multas foram aplicadas à companhia em 2021 e em 2022 e qual o valor total das multas aplicadas nos referidos exercícios; quais são as 20 unidades da Copasa-MG que receberam o maior número de multas em 2021 e em 2022; quais são as 20 unidades da Copasa-MG que têm maior valor em multas aplicadas em 2021 e em 2022; quais são os 20 municípios de Minas Gerais que tiveram mais casos de interrupção de fornecimento de água em 2021 e em 2022; quais são os 20 maiores períodos e locais de maior interrupção de fornecimento de água em 2021 e em 2022; e quais são os 20 municípios de Minas Gerais que tiveram mais reclamações de consumidores em 2021 e em 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 907/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de agentes de endemia em exercício no Estado, tendo em vista a confirmação das epidemias de dengue e *chikungunya* em Minas Gerais, e sobre o plano de saneamento, enfrentamento e combate a essas epidemias, evidenciando-se a fase de execução em que se encontra e as ações propostas para o controle da proliferação do mosquito *Aedes aegypti* – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 958/2023, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os programas, ações e recursos investidos pelo Estado em prol das bandas em Minas Gerais, entre 2019 e 2023, bem como quantas e quais bandas foram contempladas e se há previsão de novos editais para esse segmento da música – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.066/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e, especialmente, à secretária de Planejamento e Gestão, pedido de informações sobre a viabilidade de uma terceira turma do Curso de Formação Técnico-Profissional antes da homologação do concurso público regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021, contemplando, assim, todos os candidatos aprovados como excedentes no certame – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.080/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas estaduais de Minas Gerais, em atendimento à

Resolução SEE nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022, salientando os objetivos e resultados alcançados com a atuação dessa categoria no ambiente escolar – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.394/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de informações sobre o déficit habitacional do Estado e o planejamento da Cohab para corrigir esse déficit nos próximos quatro anos, especificando-se quais foram os programas habitacionais do Estado nos últimos quatro anos e quantas moradias populares foram entregues sem custos para os cidadãos e diretamente pelos programas nesse período – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.519/2023, de autoria da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações a respeito das avaliações e atendimentos dos contribuintes, notadamente em relação ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCD –, especificando-se o quantitativo de servidores disponíveis para o serviço, o quantitativo de processos em andamento por ano, a previsão de realização de concurso público e as alternativas para o devido cumprimento dos prazos de resposta ao contribuinte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.542/2023, de autoria do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a precipitação em milímetros por hora e milímetros por dia utilizada para fins de dimensionamento dos vertedouros das barragens situadas a montante da Estação de Tratamento de Água – ETA – Bela Fama do Sistema de Produção Rio das Velhas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.835/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a assistência oncológica, especificando-se o gasto anual com procedimentos oncológicos nos últimos quatro anos e a projeção de gastos para 2023, por tipo de câncer; os valores detalhados por tipo de tratamento (radioterapia, quimioterapia, hematologia, oncopediatria, iodoterapia e outros); os valores pagos por via judicial e administrativa; os valores pagos por hospital habilitado; e o fluxo percorrido pelo paciente para ter a assistência oncológica, desde a consulta inicial até o tratamento final – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.877/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações consubstanciadas em mapa atualizado dos Municípios de Santo Antônio do Jacinto e Santa Maria do Salto e no histórico das alterações na divisa entre esses municípios e o Município de Guaratinga, no Estado da Bahia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.909/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as providências que estão sendo tomadas por essa secretaria quanto ao risco de desabamento da Escola Estadual Getúlio Vargas, situada no Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, visto que o prédio está com a estrutura física em condições precárias, o que coloca em risco a segurança e a integridade física dos alunos, dos profissionais e de toda a comunidade escolar – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.931/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre estatísticas relacionadas ao número de adoções de cães e gatos no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.101/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações a respeito dos impactos da instalação de pedágios entre os Municípios de Santana da Vargem e Boa Esperança e entre Santana da Vargem e Nepomuceno para a mobilidade e o desenvolvimento dos municípios – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.299/2023, de autoria do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos da retirada do Distrito de Vila Serrana, do Município de Buritis, do programa “Alô, Minas!”, no mês de abril de 2023, uma vez que o referido distrito havia sido contemplado no Chamamento Público nº 01/2020, especificando-se se a infraestrutura já disponível na localidade seria incompatível com a infraestrutura de rede de telecomunicações para instalação dos equipamentos de rede de telecomunicações para ERBs, SMP e enlace de transmissão e centrais – RNCs – ou se seria necessário o emprego e construção de novos equipamentos de infraestrutura de rede – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Betinho Pinto Coelho, Requerimento nº 315/2023, de autoria do deputado Ricardo

Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o andamento do programa PAA Leite, do governo federal, denominado em Minas Gerais “Leite pela Vida”, referente ao saldo do valor dos recursos na data de hoje e também à meta de execução dos recursos prevista para o ano de 2023 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 325/2023, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as unidades de saúde da rede pública do Estado que possuem estoque e condições para realizar a aplicação de soro antiofídico e antiescorpiônico em caso de acidentes com cobras venenosas e escorpiões, uma vez que esses soros específicos são o único tratamento eficaz nessas situações e, quando indicados, devem ser administrados em ambiente hospitalar e sob supervisão médica, bem como sobre a possibilidade de ampliação dessa rede em razão da grande extensão territorial do Estado e da importância da agilidade nesse tipo de atendimento – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 434/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre as medidas que têm sido adotadas e que estão sendo planejadas com vistas a melhorar o atendimento nas delegacias de plantão que operam sob a metodologia do plantão digital, a fim de se evitar que haja sobrecarga de trabalho para os policiais civis lotados nessas unidades; que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos; e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com vítimas, testemunhas e suspeitos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 441/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre eventual atraso nos repasses devidos pelo Estado às instituições responsáveis pela gestão das unidades de semiliberdade no Estado e seu impacto na situação financeira dos funcionários que atuam no setor – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 442/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o valor total dos recursos de investimento destinados ao sistema prisional e também ao sistema socioeducativo, em 2022, pelo governo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 453/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre quais ações estão sendo tomadas para preservar a infraestrutura do prédio onde funcionava a Superintendência Regional de Ensino – SRE –, no Bairro Mariano Procópio, em Juiz de Fora, que, em 19/12/2022, teve parte de sua estrutura incendiada, bem como quais outros prédios estão sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, se estes estão desocupados e as condições físicas em que se encontram – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 465/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o monitoramento daquela pasta em relação ao distanciamento entre a residência do aluno e a escola com oferta de vaga indicada para matrícula, apresentando um panorama da quantidade de alunos matriculados com residência de zero a 800m da escola; de 801 a 1.600m da escola; de 1.601 a 2.400m da escola; e acima de 2.401m da escola – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 579/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações relativas à taxa de permanência dos alunos no Campus Divinópolis e o número de bolsas ou auxílios disponibilizados pela universidade visando o combate à evasão escolar – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 731/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre a situação atual, o cronograma de execução e a previsão de conclusão das obras da ponte localizada no Km 135 da Rodovia MG-265, próximo ao trevo do Município de Mercês – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.029/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à presidenta da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas – pedido de informações sobre a viabilidade técnica de

realização de alterações na Lei nº 11.105, de 1993, que concede dispensa de ponto e dia de descanso ao servidor público civil ou militar que doar sangue a banco de sangue estadual, para permitir que esses servidores possam fazer a doação com uma frequência maior do que a estabelecida no art. 2º da referida norma – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.033/2023, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as ações adotadas pelo Estado para garantir um ambiente escolar mais seguro para nossas crianças, jovens e profissionais da educação e sobre a participação do Estado na Operação Escola Segura, lançada pela União, que prevê investir R\$150.000.000,00 no apoio às rondas escolares em parceria com os estados – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.040/2023, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações consubstanciadas em cronograma com a previsão de início do funcionamento das delegacias nos municípios mineiros nos moldes da Lei Federal nº 14.541, de 3 de abril de 2023, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.183/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado à chefe adjunta da PCMG pedido de informações sobre o número de indiciados nos últimos 12 meses no Estado de MG pelo crime de embriaguez ao volante e sobre as estatísticas dos desdobramentos das investigações – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.184/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a implementação de ações que visam à prevenção de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias estaduais, notadamente nas rodovias que possuem extensão na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como a LMG 800, na altura do Município de Lagoa Santa, trecho com grande volume de praticantes do ciclismo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.207/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o número de agentes de endemia em exercício no Estado, tendo em vista a confirmação de epidemias de dengue e de *chikungunya* em Minas Gerais, e sobre o plano de saneamento, enfrentamento e combate a essa epidemia, a fase de execução em que ele se encontra e as ações propostas para o controle da proliferação do mosquito *Aedes aegypti* – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.344/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações referentes à normativa estabelecida para sinalização de obras em rodovias e estradas do Estado e à forma como o DER-MG fiscaliza a execução de tais normas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.420/2023, de autoria da Comissão de Defesa dos Consumidor e do Contribuinte, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações, com urgência, sobre a data em que serão reativados os postos de atendimento presenciais da Cemig no Município de Carmo do Cajuru, inconformidade apresentada em ofício da câmara do município, o que prejudica os consumidores mais vulneráveis, que necessitam do atendimento presencial, e, em tese, viola o teor dos arts. 6º, inciso X, e 14, ambos do Código de Defesa do Consumidor – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.748/2023, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações consubstanciadas em relatórios periódicos sobre a qualidade das águas do Rio Paraopeba a partir de Brumadinho até a represa de Três Marias – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.924/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Estado com vistas à implementação da política de Saúde Única, que pressupõe a necessária abordagem conjunta das saúdes humana, animal e ambiental – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.216/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a intenção, por parte daquela secretaria, de criar, no âmbito do programa Valora Minas, um módulo específico para oferecer um pagamento 100% superior ao feito atualmente para cirurgias oncológicas no Estado – parecer pela aprovação, aprovado. A seguir, a Mesa, em cumprimento ao disposto

no inciso VI do art. 79, c/c os incisos XXXII do art. 82 e o inciso I do art. 86 do Regimento Interno desta Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa TCE-MG nº 3/2011, opina pela regularidade e legalidade das aposentadorias requeridas pelos servidores Adilson de Brito, Celso Osmar Salustiano de Assis e Fabiana Oliveira Fonte Boa, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e após os devidos processos, lavrados em observância ao prescrito no § 1º do art. 5º da citada Instrução Normativa, autorizando o encaminhamento dos mesmos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, através do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1º-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/5/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.815/2023, altera a Deliberação nº 2.727, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as reuniões especiais destinadas a comemorações e homenagens e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater – tendo como objeto a cooperação técnico-operacional para realização de feiras de agricultura familiar em espaço cedido pela Assembleia – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, tendo por objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/5/2023, a servidora Fabiana Oliveira Fonte Boa, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de jornalista; verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, os seguintes servidores ocupantes do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria: Adilson de Brito, a partir de 18/4/2023; Celso Osmar Salustiano de Assis, a partir de 19/4/2023; em cumprimento a decisão judicial em caráter liminar proferida nos autos do mandado de segurança nº 5064267-78.2023.8.13.0024, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria: reintegrando, a partir de 1º/2/2023, Brenda Souza Bernardes. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de maio de 2023.

Leninha, presidente em exercício – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/6/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.818/2023, altera a Deliberação nº 2.647, de 25 de julho de 2016, que dispõe sobre a exibição e a afixação de material para manifestação em eventos e reuniões no âmbito da Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, dispensando, a partir de 5/6/2023, Ana Carolina Utsch Terra da função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Comunicação em Mídias Digitais; designando Cristina Alkmim Guimarães para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Comunicação em Mídias Digitais. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/6/2023**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.820/2023, dispõe sobre restrição de acesso de visitante às dependências da Assembleia Legislativa em virtude de conduta que represente risco à integridade das pessoas, ao patrimônio e às atividades institucionais. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MOA Manutenção e Operação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com dedicação intensiva de mão de obra, englobando serviços de suporte técnico e

operação das instalações e sistemas prediais civil, elétrico, eletromecânico, hidrossanitário, refrigeração, climatização, detecção e combate a incêndio nas edificações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer favorável à prorrogação, à revisão de preços e à correção do valor da remuneração do oficial eletricitista, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 3 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 4/7/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a concessão de aposentadoria especial em virtude da prestação de serviços em condições prejudiciais à saúde e à integridade física ao servidor efetivo da Assembleia Legislativa que reúna os requisitos necessários para a obtenção do benefício. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Duarte Bechir as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 12/2023, de autoria da Mesa, que altera as Resoluções nºs 3.800, de 30 de novembro de 1985, que contém a estrutura orgânica da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e 5.339, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 280/2023, de autoria do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a situação atual da Rodovia MG-369, entre Campo Belo e Santana do Jacaré, tendo em vista o desabamento de um barranco às margens da rodovia, e sobre as medidas que estão sendo tomadas para a recuperação da rodovia e o prazo para resolução do problema – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 381/2023, de autoria dos deputados Caporezzo e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o andamento da licitação do edital de concessão da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 490/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de informações sobre o sistema prisional de Minas Gerais, consubstanciadas na relação das empresas contratadas para o fornecimento de alimentação, por unidade prisional, detalhando-se o valor do contrato, o número de refeições fornecidas, as condições de transporte e armazenamento e a fiscalização, pela Sejus, da qualidade da prestação de todo esse serviço; e na relação das empresas autorizadas a comercializar produtos dentro do sistema, com detalhamento acerca dessa atividade, por unidade – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 495/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG – pedido de informações sobre o número total de ligações realizadas anualmente no Município de Joáima e o valor da taxa cobrada pelo serviço, bem como sobre os parâmetros utilizados para a fixação dessa taxa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 827/2023, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a estrutura de fornecimento de energia elétrica no Município de Santana de Pirapama, tanto na área

urbana quanto na rural; sobre a composição das equipes funcionais de instalação, manutenção e atendimento à população; e sobre o valor investido, nos últimos oito anos, em ações de melhoria da infraestrutura no referido município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 858/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações detalhadas sobre o aumento tarifário das praças de pedágio da Eco 135 referente ao Contrato nº 4/2018 e sobre o cronograma de obras da rodovia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 898/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das ações continuadas realizadas pelo Estado em prol dos trabalhadores resgatados em situação de trabalho análogo ao de escravos nos últimos quatro anos, explicitando-se as ações realizadas com a finalidade de combater tal prática no âmbito do Estado e identificando-se a política pública adotada para a prevenção de sua ocorrência – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 916/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a ampliação do efetivo especializado para atendimento de ocorrências de violência doméstica no Alto Paranaíba e no Triângulo Mineiro, bem como sobre a previsão de delegacia especializada para acompanhamento dessa política de segurança pública – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 929/2023, de autoria da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado sobre o andamento ou a conclusão de obras realizadas pelo governo de Minas nos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, relativas aos valores pactuados no acordo referente ao “crime da Vale”, no Município de Brumadinho – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.116/2023, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações de capacitação para os profissionais da rede pública de educação referentes à convivência com alunos com transtorno do espectro autista – TEA – desenvolvidas pela pasta – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.023/2023, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os impactos da suspensão das atividades do Aeroporto Carlos Prates sobre a operação do CBMMG, da PMMG e da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.523/2023, de autoria da Deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre quais regiões do Estado possuem delegacias especializadas de repressão a crimes rurais e sobre os índices de criminalidade nessas localidades antes e depois da instalação das referidas delegacias – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.540/2023, de autoria do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os valores em milímetros por hora e milímetros por dia que são considerados como precipitação decamilenar para efeito de cálculo dos vertedouros das barragens de rejeitos localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.759/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o andamento da assinatura do termo de adesão com a união para que os servidores das forças de segurança do Estado possam participar do Programa Nacional da Segurança Pública com Cidadania – Pronasci –, oferecido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre o qual dispõe o Decreto nº 11.436/2023 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.926/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o número de sanções administrativas aplicadas em decorrência da Lei nº 22.231, de 2016, no último ano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.125/2023, de autoria do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor do Detran-MG pedido de informações sobre a data exata em que haverá a finalização do procedimento de terceirização de vistorias veiculares, visto que, conforme amplamente noticiado, haveria um suposto atraso da administração, o que gera prejuízos aos particulares que realizaram investimentos para realizar esse serviço – parecer pela

aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.223/2023, de autoria do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – por município mineiro, nos últimos quatro anos, e sua análise comparativa, a fim de identificar o nível da pobreza e da desigualdade social no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.363/2023, de autoria do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca do impacto orçamentário e financeiro da desoneração do ICMS para aquisição de medicamentos pelos entes públicos, quando for determinada por ordem judicial, nos casos de medicamentos que não se encontram arrolados no Anexo Único do Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – nº 87, de 2002, especificando-se se a pasta pretende atuar no âmbito do Confaz a fim de implementar tais medidas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.491/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos pelos quais não foi dada ainda ordem de início à prestação de serviços de vistoria e inspeção veicular pelos terceiros credenciados – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 10 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2ª-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3ª-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/7/2023**

Às 16 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza, excepcionalmente, o processamento e o pagamento do auxílio-moradia extemporâneo, mediante requerimento, ao deputado Bosco, a título de ressarcimento pelos gastos com moradia ou hospedagem, relativo ao período de janeiro a março/2023, na forma prevista no *caput* do art. 12 da Deliberação da Mesa nº 2.581, de 27 de janeiro de 2014; 2ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 3/2023, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 42/2022, e autoriza, nos termos do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 7 de dezembro de 2014, a alienação/afetação/inutilização dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis, respeitadas as vedações pertinentes ao período eleitoral. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa 2Live Streaming Telecomunicações Digitais Ltda., tendo como objeto a locação de sistema de transmissão e recepção de áudio e vídeo, ao vivo, para TV, utilizando a rede de telefonia móvel celular (3G/4G LTE), como meio de transmissão – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Vitha Service Empresa de Administração e Terceirização de Serviços Eireli, tendo como objeto a cessão de mão de obra de dois vigias e 48 porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos e materiais que se fizerem necessários – parecer favorável à revisão de preços em virtude da Convenção Coletiva do Trabalho 2023 e à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao

contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Precisa Conservação e Limpeza Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos – parecer favorável à prorrogação excepcional, com vigência de seis meses ou até que seja finalizado certame para contratação de mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestação da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Vice-Governadoria do Estado e da Secretaria de Estado do Governo, tendo por objeto o estabelecimento de condições de cooperação técnica entre as partes, com vistas à integração e interlocução entre os Poderes Legislativo e Executivo acerca da formulação e implementação de projetos e programas no âmbito das políticas públicas e das atividades político-parlamentares correlatas – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/7/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de abril de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de abril de 2023, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/4/2023, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo à deputada Leninha Requerimento nº 209/2023, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os motivos e justificativas técnicas para o aumento do tributo cobrado sobre a importação de vinhos de uvas frescas, em razão da publicação dos Decretos nºs 48.075, de 5 de novembro de 2020, e 48.307, de 26 de novembro de 2021, que alteraram o regulamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – aplicado às operações de compra dessas bebidas, passando a margem de valor agregado – MVA –, usada nas importações do produto, de 62,26% para, respectivamente, 129% e 115,32% – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 256/2023, de autoria da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas nos seguintes dados: relatório das fiscalizações ocorridas em cumprimento à Lei nº 23.291, de 2019, desde a sua publicação, acompanhado dos respectivos procedimentos administrativos fiscalizatórios, na íntegra; informações sobre quantas e quais fiscalizações se deram em decorrência de denúncias; informações sobre quantas e quais fiscalizações se deram em decorrência de inspeções e vistorias realizadas *in loco* pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –; informações eventualmente encaminhadas às autoridades competentes nos termos do art. 20 da Lei nº 23.291, de 2019; relatório de vistorias e laudos técnicos emitidos nos termos do art. 19 da Lei nº 23.291, de 2019 – parecer pela aprovação, aprovado;

Requerimento nº 292/2023, de autoria da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre o projeto de construção do trevo de acesso à cidade de Itaúna, pelo Bairro Morro do Engenho, na MG-431, KM 50,3, considerando-se o seguinte: se o projeto original, incluindo terraplanagem, pavimentação, drenagem e sinalização vertical e horizontal já foi concluído e, se sim, em qual data; se existe projeto de iluminação para o trevo acima descrito, e, em caso positivo, qual a previsão para sua execução; se as placas de sinalização vertical instaladas no local são as mesmas que estavam previstas no projeto original; e se a instalação dessas placas é definitiva – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 316/2023, de autoria do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a entrega dos títulos de regularização fundiária aos beneficiários residentes nos municípios do Norte e Nordeste de Minas Gerais, o número de títulos entregues nos últimos oito anos e a previsão de entrega por município para 2023 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 322/2023, de autoria do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre a conclusão do projeto executivo referente à pavimentação da Rodovia LMG-631 – Estrada da Produção –, no trecho entre São João da Ponte e Capitão Enéas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 432/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição com o objetivo de implementar o banco de dados previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, a qual regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 436/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em sugestões com vistas a melhorar o atendimento prestado pelas delegacias de plantão da PCMG que operam sob a metodologia do plantão digital, a fim de se evitar que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos; que haja longos deslocamentos para lavrar o feito; e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com testemunhas, vítimas e suspeitos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 440/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca: das medidas adotadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – visando a contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.753, de 2021, a qual dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências; das medidas adotadas pela Sejusp visando a contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; das medidas adotadas pela Sejusp para publicar, anualmente, o número de policiais penais e agentes de segurança socioeducativos mortos ou feridos em serviço ou em razão dele, e o número desses servidores, aposentados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 656/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca do estudo de solução regional para o saneamento ambiental e a reversão da concessão pública à empresa Saneouro, tendo em vista a identificação como patrimônio hídrico estratégico do Município de Ouro Preto, que possui nascentes das bacias nacionais do Rio Doce e do Rio São Francisco – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 780/2023, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o projeto e o andamento das obras de reforma da Escola Estadual Wenceslau Braz, do Município de Itajubá, anunciadas em 2022, as quais têm o objetivo de resguardar o acervo arquitetônico e garantir instalações adequadas para os alunos, o corpo docente e os funcionários da escola – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 790/2023, de autoria da

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a disponibilização insuficiente de vagas nas turmas iniciais do ensino médio nas escolas estaduais para absorver a demanda de matrícula de estudantes concluintes do ensino fundamental – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 808/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na planilha de pagamento da Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços – GIEFS – do corrente ano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 874/2023, de autoria do Deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre a existência de linhas regulares de ônibus entre Divinópolis e Pitangui, sob responsabilidade da empresa Braulino F. Oliveira Ltda., e, em caso positivo, sobre os dias e horários dessas linhas; sobre a ocorrência de episódios de interrupção na operação dessas linhas; sobre o valor da tarifa; e sobre os últimos cinco reajustes realizados na tarifa de transporte, especificando-se datas e valores – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 875/2023, de autoria do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – e ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre as seguintes questões, afetas à Copasa-MG: quantas multas foram aplicadas à Copasa-MG por falhas relacionadas com os serviços prestados aos consumidores do Município de Divinópolis nos anos de 2018 a 2022; qual o valor total das multas aplicadas à Copasa-MG por falhas relacionadas com os serviços prestados aos consumidores do Município de Divinópolis nos anos de 2018 a 2022; e qual a quantidade de reclamações de consumidores feitas contra a Copasa-MG por falhas relacionadas com os serviços prestados aos consumidores do Município de Divinópolis nos anos de 2018 a 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 893/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as demandas apresentadas ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – pelo governo do Estado em relação à repactuação do novo acordo de reparação dos impactos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, bem como sobre a metodologia adotada para levantamento dessas demandas – audiências públicas, estudos, avaliações etc. – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 927/2023, de autoria da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado contendo todos os valores repassados pelo Estado referentes ao acordo do “crime da Vale”, no Município de Brumadinho – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 967/2023, de autoria da Deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a prática da secretaria de se utilizar de *sites* governamentais, criados para oferta de ensino durante a pandemia, para coletar dados pessoais de estudantes e enviá-los para empresas especializadas em publicidade, por meio de tecnologias de rastreamento, conforme apurado em investigação da Human Rights Watch – HRW –, organização não governamental que defende os direitos humanos em mais de 90 países; e sobre as medidas adotadas pela pasta para remover todos os mecanismos de rastreamento dos *sites* utilizados pelos estudantes da rede estadual de ensino – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 980/2023, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no detalhamento dos principais impactos ambientais da implantação do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte para a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 981/2023, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas no detalhamento do traçado escolhido para o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte, os municípios envolvidos, o detalhamento dos pontos importantes do projeto, inclusive no tocante às desapropriações, e a indicação dos critérios técnicos que levaram à definição desse traçado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 991/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer

seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a intenção do Governo de Minas de alterar os limites do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, em especial na porção oeste, que comporta a Bacia do Rio Paraopeba, para permitir a construção do Rodoanel, conforme denúncias realizadas na audiência pública que, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar de Enfrentamento do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, debateu os impactos do projeto do Rodoanel para a população local, povos e comunidades tradicionais que serão atingidos pelo empreendimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.108/2023, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca da documentação exigida dos condutores profissionais autônomos de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), para obtenção da isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – na compra de veículo novo e, em especial, acerca do fundamento constitucional e legal para a exigência de apresentação de extrato previdenciário que comprove o recolhimento de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – pelo período mínimo de um ano, à luz da legislação pertinente, notadamente das Leis Federais nºs 12.468, de 2011, 8.212, de 1991, e 8.213, de 1991, bem como do Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – nº 38/2001 e da Lei nº 6.763, de 1975 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.173/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento do Câncer, em que requer seja encaminhado ao presidente da Comissão Intergestores Bipartite, em Belo Horizonte, e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas nas alterações normativas que constarão das pautas das reuniões daquela comissão, antecipadamente – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.185/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre as ações da Operação Lei Seca, de combate à embriaguez ao volante nos últimos 12 meses, consubstanciadas no número de operações e nos seus respectivos desdobramentos, como prisões em flagrante e vítimas fatais decorrentes da ingestão de álcool no trânsito, entre outros dados, para implementação de políticas públicas visando a extinguir acidentes dessa natureza no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.186/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre a quantidade de praças de pesagem ativas nas rodovias estaduais e sobre algum estudo sobre a quantidade ideal para atender a toda a malha rodoviária estadual – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.188/2023, de autoria da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os programas e ações, previstos e em curso, no âmbito do Estado, para a execução da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, denominada Lei Paulo Gustavo, e da Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, conhecida como Lei Aldir Blanc 2 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.200/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações, a serem obtidas com o comando responsável pelo Município de Juiz de Fora, sobre o patrulhamento e o respectivo número de ocorrências no transporte público municipal, visando garantir a segurança dos usuários e dos trabalhadores do sistema de transporte público – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.245/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as ações e os recursos previstos em âmbito estadual, inclusive aqueles em apoio ou parcerias com os municípios, visando à implementação das medidas previstas no Projeto de Lei nº 2.218/2020, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado e dá outras providências – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.282/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os critérios utilizados pelo Poder Executivo para avaliar os limites com gastos de pessoal previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, especialmente em relação aos gastos com terceirizados ou contratados em substituição a pessoal efetivo – parecer pela

aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.314/2023, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de informações sobre a funcionalidade dos instrumentos de enfrentamento da violência contra as mulheres existentes no Estado, apresentando relatório das atividades desenvolvidas nos últimos seis meses pelo Ônibus Lilás, pelos fóruns estaduais e pela rede de enfrentamento da violência contra as mulheres – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.369/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao titular da Sejusp pedido de informações consubstanciadas no detalhamento do protocolo e dos procedimentos de atuação do Grupo de Intervenção Rápida – GIR –, em relatório das intervenções realizadas pelo GIR nas unidades prisionais do Estado desde janeiro de 2022 e no detalhamento do protocolo de revista e de utilização do equipamento de *body scan* nas visitas aos indivíduos privados de liberdade nas unidades prisionais do Estado e das ações de capacitação dos policiais penais nesses procedimentos; e sobre os procedimentos e protocolos relativos à assistência à saúde nas unidades prisionais do Estado, detalhando-se a disponibilização e o acesso a medicamentos fornecidos pelo próprio Estado, a manipulação, a guarda e o acesso aos medicamentos entregues pelos familiares dos indivíduos privados de liberdade, a possibilidade de emissão de receitas *on-line* dos medicamentos prescritos para os indivíduos privados de liberdade para aquisição por seus familiares, o quadro de médicos e dentistas, por unidade, a escolta para consultas externas e o encaminhamento das pastas de saúde dos indivíduos privados de liberdade quando de sua transferência para outras unidade – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.391/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os estoques de medicamentos de alto custo nas superintendências regionais do Estado, especificando-se como é feita a manutenção e com qual regularidade é realizada a reposição dos estoques, em especial na regional de Manhuaçu, que atende a mais de 30 cidades da Zona da Mata Mineira, bem como sobre a periodicidade de aquisição dos medicamentos, os motivos pela recorrente falta deles e a gerência institucional responsável pela manutenção dos estoques – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.392/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – pedido de informações sobre a atual situação do credenciamento do Estado no programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, esclarecendo se o governo de Minas já aderiu, se há um planejamento de entrega de casas, com algum cronograma, e quanto o governo espera captar em recursos para a construção de moradias em 2023 e 2024 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.479/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre o cumprimento do disposto no art. 7º da Emenda à Constituição nº 111, de 2022, que reconhece o direito dos servidores ao aproveitamento do adicional de desempenho, previsto no art. 31 da Constituição do Estado, adquirido durante o exercício dos cargos que ocupavam anteriormente, com respectivo reflexo remuneratório no novo cargo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.518/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Saúde e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o valor que o Estado repassa ao Hospital de Amor, que atende, por ano, mais de 14.000 pacientes de Minas Gerais e sobre qual a política do Estado para evitar que pacientes com câncer precisem viajar para outros estados da Federação para obter tratamento – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.546/2023, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA-MG – pedido de informações sobre a estrutura administrativa (física e veículos) existente em cada um dos escritórios do instituto e as respectivas pendências relativas à complementação da estrutura ou demandas de reparos registradas ou em curso nessas unidades – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.602/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG, à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMG – e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de unidades da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia

Civil (delegacias, postos de perícia e postos de identificação) e de unidades prisionais e socioeducativas (inclusive as casas de semiliberdade) que possuem projeto de prevenção e combate a incêndios e de unidades que não o possuem, devendo estas últimas serem identificadas por nome e localização – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.603/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG, ao comandante-geral do CBMG e à chefe da PCMG em Belo Horizonte pedido de informações a cada uma dessas instituições, sobre o número de unidades que possuem bombas para abastecimento de viaturas policiais, o número de unidades que possuem autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – para funcionamento, e o número de unidades que não possuem essa autorização – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.645/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações acerca da execução, no tocante aos recursos destinados ao Estado, dos termos de acordo e de ajustamento de conduta firmados com a empresa Vale S.A., em 2019, 2020 e 2022, relacionados às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, em Nova Lima, de propriedade da empresa Vale S.A.; e seja encaminhado o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 4/5/2023, com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, de propriedade e responsabilidade da empresa Vale S.A. – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.753/2023, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, ao superintendente regional de Meio Ambiente da Zona da Mata em Ubá e ao subsecretário de Fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações quanto às condições de funcionamento do aterro sanitário do Município de Cataguases, que obteve licença ambiental simplificada em setembro de 2018, cancelada em novembro de 2019, esclarecendo-se as providências tomadas para impedir o funcionamento irregular do referido aterro e se existe termo de ajustamento de conduta assinado entre o Município de Cataguases e o Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.836/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre todas as emendas parlamentares federais na área da saúde cujos recursos foram recebidos pelo Estado e ainda não foram repassados, bem como sobre a data do crédito desses recursos nos cofres públicos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.842/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os convênios não finalizados com os municípios e hospitais filantrópicos nos últimos 20 anos, especificando-se valores e prestações em aberto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.853/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações relativas aos dados apresentados pela diretora de redes da Secretaria por ocasião da 6ª Reunião Ordinária daquela comissão, realizada em 3/5/2023, especificamente quanto à fiscalização dos valores repassados aos municípios para a realização de exames oncológicos, de R\$1.397,00, por ano, por paciente, e para a realização de mamografia, de R\$184,00 por paciente – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.899/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o processo seletivo em andamento com vistas a selecionar profissional para atuar nas diretorias regionais do sistema prisional, especificamente sobre o fundamento legal do pré-requisito exigido, qual seja ter, no mínimo, cinco anos em direção de unidade prisional ou oito anos em cargo de gestão ininterruptos ou não, tendo em vista o Ofício nº 81/2023, da Associação Movimento Agentes Fortes de Minas Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.925/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a existência de integração entre aquela secretaria, a PMMG e a PCMG para aplicação das sanções administrativas decorrentes da Lei nº 22.231, de 2016, em virtude da prática do crime de maus-tratos a animais no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.932/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de

Proteção aos Animais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre dados acerca do bem-estar físico e emocional de cães e gatos no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.947/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os procedimentos adotados pelo órgão para o devido acompanhamento dos povos e comunidades tradicionais, esclarecendo-se a forma ou a metodologia implementada para o comparecimento de agentes ou equipes vinculadas à pasta nas diversas regiões do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.034/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre o número de pedidos de reconvocação de policiais militares que estão pendentes, aguardando parecer da corporação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.042/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca da execução mensal e anual dos hospitais situados no Estado, consubstanciadas em relatório de execução mensal e anual, dos últimos quatro anos e dos meses de janeiro a abril de 2023, que demonstre as metas pactuadas e o que foi efetivamente realizado, por hospital, por macrorregião (Centro, Centro-Sul, Jequitinhonha, Leste, Leste do Sul, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Sudeste, Sul, Triângulo do Norte, Triângulo do Sul e Vale do Aço), com detalhamento por procedimento, especialidade, internação, enfermaria, CTI e similares; em relatório, por hospital, contendo quantitativo de pacientes de filantropia atendidos por exercício, nos anos de 2019 a 2022, detalhando-se o quantitativo de pacientes atendidos por mês e por tipo de especialidade; e em relatório com informações acerca dos percentuais de filantropia por hospital, mensal e anualmente, dos últimos quatro anos e dos meses de janeiro a abril de 2023 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.043/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca das transferências financeiras realizadas para os hospitais localizados no Estado, especificando-se os valores individualizados de todos os recursos repassados, divididos pelas macrorregiões (Centro, Centro-Sul, Jequitinhonha, Leste, Leste do Sul, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Sudeste, Sul, Triângulo do Norte, Triângulo do Sul e Vale do Aço), por exercício financeiro, de 2018 a 2022, e as previsões de desembolsos para 2023, por meio de PPI, IAC, resoluções e demais meios de repasse e transferência utilizados, individualizando-se os repasses por origem, de forma detalhada; os valores repassados pela secretaria de que é titular aos hospitais do Estado, mensal e anualmente, por programa, projetos e demais meios de transferência, de forma individualizada, de 2018 a 2022, e desembolsos e previsões para 2023; os pagamentos decorrentes das resoluções e instrumentos citados da Secretaria de Estado de Saúde, por hospital, destacados por macrorregião, apontando-se os valores inscritos em restos a pagar e valores referentes ao orçamento vigente, com indicação dos valores por resolução e por exercício financeiro, de 2018 a 2022, e previsões de desembolsos para 2023, com o envio a esta Casa de todas as resoluções e instrumentos citados nas informações – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.145/2023, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da PCMG pedido de informações sobre a análise jurídica solicitada aos órgãos competentes em relação ao art. 158 da Constituição do Estado, acrescentado pela Emenda à Constituição nº 111, de 2022, que conferiu tratamento específico ao policial civil que tenha ingressado na respectiva carreira até a data de entrada em vigor da Emenda à Constituição nº 104, de 2020, que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho; e a revisão dos atos de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho e das pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 23 de setembro de 2020, com efeitos financeiros a partir de 29 de junho de 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.210/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed – pedido de informações consubstanciadas em documento com os dados de contratos da fundação com o Ministério da Saúde vigentes e em execução, devendo constar desse documento objeto, valores, execução, entregas realizadas, prazos contratuais, entregas em atraso, possíveis notificações do Ministério de Saúde quanto a esses atrasos, razões do atraso e providências tomadas; em relatório das receitas auferidas pela Funed em decorrência dos contratos com o Ministério, destacando os valores anuais desde 2011 e a destinação dos valores percebidos; em relatório sobre as fábricas da fundação, especificando a quantidade de fábricas existentes, a produção de cada fábrica, os produtos

desenvolvidos em cada uma delas e, existindo fábrica inoperante, as razões da paralisação das atividades, a data da paralisação e as providências para retomada das atividades; em relatório sobre as entregas realizadas pelo Instituto Otávio Magalhães – IOM – de 2018 a 2023; em relatório circunstanciado sobre possível parceria público-privada a ser realizada entre o IOM, o Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais – Lacen –, a Fhemig e parceiro privado, a ser materializada no Hospital Galba Veloso, já desativado; em relatório sobre as parcerias para transferência de tecnologia vigentes na Funed, discriminando para cada parceria o objeto, o prazo, o *status* atualizado, o investimento realizado e a projeção de receita; em relatório sobre recursos recebidos em decorrência do acordo judicial de reparação dos danos decorrentes do rompimento das barragens da Vale S.A., em Brumadinho, e a destinação dos recursos; e em relatório contendo as dificuldades técnicas, operacionais e administrativas enfrentadas pela Funed no atual cenário, as modelagens estudadas para mitigá-las, bem como as razões para uma possível privatização – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.217/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre eventual avaliação, por parte da secretaria de que é titular, de alguma medida para aumentar o valor pago por biópsias dos cânceres mais prevalentes, tais como os de pele, mama, próstata e tireoide, e pelos exames de endoscopia digestiva alta, colonoscopia e laringoscopia com biópsia, de forma a estimular a oferta desses serviços no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.219/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os atendimentos oncológicos ofertados aos pacientes no Estado e sobre a avaliação da qualidade e da acessibilidade desses atendimentos nos últimos quatro anos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.239/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de afastamentos por licença médica de profissionais da rede estadual de ensino em decorrência de laudo psiquiátrico, nos últimos cinco anos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.241/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os psicólogos e assistentes sociais lotados nos Núcleos de Acolhimento Educacional – NAEs –, especificando quantos profissionais foram nomeados e quantos deixaram os cargos até a data de apresentação deste requerimento; quantos e quais são os polos em que se organizam os NAEs; quantas escolas estão sob a responsabilidade de cada um desses NAEs; e quantos cargos estão atualmente vagos, detalhando-se esse número por município e por superintendência regional de ensino – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.258/2023, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o número de trabalhadores com redução de jornada em razão de ter filhos com deficiência e suas respectivas unidades e regime de trabalho, bem como sobre o número de solicitações de redução de jornada apresentadas desde a edição da Resolução Conjunta Seplag/Fhemig nº 68, de 13/9/2022, indicando quantas foram aprovadas, quantas foram negadas e os motivos da negativa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.261/2023, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre o número de acidentes de trabalho registrados na Rede Fhemig, por unidade assistencial, no período de janeiro de 2022 até a data de apresentação do requerimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.329/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a parceria público-privada para administração do Mineirão, especificando quais são os parâmetros para se averiguar o cumprimento das metas contratuais; como são feitas as avaliações e quais seus resultados, em especial no que se refere à qualidade do gramado, da infraestrutura, dos serviços prestados e da segurança; quantas vezes o Poder Executivo já requereu informações e determinou adaptações na gestão do Mineirão por força de contrato e quantas vezes autuou a Minas Arena por descumprimento do contrato, disponibilizando todas as autuações, pedidos de informações e pedidos de adequação feitos no período do contrato; quantas vezes o Comitê Gestor se reuniu e quais foram suas deliberações; quais foram os relatórios feitos, os documentos solicitados, as

indicações realizadas pelo Verificador Independente previsto na Cláusula 12.3, “h”; quais são as principais reclamações feitas à ouvidoria da concessionária (Cláusula 12.3. “l”) e quais as providências adotadas para que cessassem; quais as medidas adotadas pela concessionária e pelo poder público para melhorar a segurança no Complexo do Mineirão, bem como no entorno do estádio, e o que o governo do Estado vem exigindo da concessionária nesse sentido; se já houve autuação da concessionária e averiguação de desempenho e qual o desempenho apontado por eventual averiguação, encaminhando-se a esta Casa os relatórios anuais mencionados na cláusula 12.3., “o”; qual o estado de conservação do Complexo do Mineirão, em especial o gramado, e se o poder concedente já adotou algum procedimento para proteger o gramado para sua principal atividade, que é a realização de partidas de futebol; o que vem sendo feito diante do péssimo estado do gramado do Mineirão, se o poder concedente vai adotar alguma medida contratual para evitar o vexame que é expor ao Brasil inteiro a deterioração do gramado do principal palco esportivo de Minas Gerais e se isso não configura má utilização do patrimônio público por parte da concessionária, que vem desvirtuando a real destinação do estádio; se a avaliação feita com base no Anexo VI considera o estado do gramado satisfatório ou se as condições do gramado sujeitariam a concessionária a multa; quantas vezes o poder concedente ou seus prepostos realizaram ações de fiscalização *in loco* para averiguar o cumprimento do contrato e quais foram os resultados dessas ações, tendo em vista a Cláusula 12.7 do contrato de concessão; se o poder concedente já fez algum estudo de viabilidade da encampação do Mineirão e qual seria o desembolso necessário para a adoção dessa medida; se já foi avaliada qual medida seria mais vantajosa para o Estado, a manutenção do contrato ou seu encerramento; se o Estado já realizou algum estudo ou tentativa de revisão contratual para que o contrato fosse menos oneroso para o povo mineiro e quais medidas vêm sendo tomadas a fim de diminuir o prejuízo com esse contrato; o que o governo do Estado vem fazendo para garantir a realização dos jogos de futebol de Cruzeiro e Atlético no Mineirão; se as datas disponibilizadas no contrato estão sendo cumpridas integralmente; se o Estado pode intervir para garantir a utilização do estádio para realização dos jogos de futebol; se existe algum calendário de eventos compatível com a realização dos jogos dos grandes times do Estado; quais são as datas disponíveis para Atlético e Cruzeiro até o fim de 2023; em quais datas o Mineirão não poderá ser usado para jogos de futebol; quais medidas vêm sendo adotadas para que o estádio não receba eventos em seu gramado, prejudicando os jogos; se os shows podem ser realizados em lugar diferente do campo de jogo; e se o Estado vem adotando alguma providência para que os eventos continuem sendo realizados sem que o gramado seja prejudicado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.333/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o cronograma de execução e dos pagamentos da obra de construção da ponte sobre o Rio São Francisco e variante no trecho São Francisco-Pintópolis, objeto do Contrato DC021/2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.336/2023, de autoria do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o motivo de o Detran-MG ainda não ter autorizado o início das atividades de vistoria veicular pelas empresas credenciadas de vistoria que atenderam aos requisitos previstos na Resolução Contran nº 941, de 28 de março de 2022, o que tem prejudicado vários empresários que fizeram investimentos altíssimos e sofreram desgastes para atender às exigências e até o momento estão impossibilitados de exercer a atividade – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.422/2023, de autoria da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a Proposta MTur 047874/2019, que embasou o Contrato de Repasse 888188 – operação 1066.818-02/2019 – Pórticos e Sinalização Turística no Circuito Guimarães Rosa, firmado com Mtur/CEF, especificando o valor do repasse; a vigência e o objeto pactuado; a execução total ou parcial do objeto, indicando as razões para ausência de execução total ou parcial, se houver; se a vigência, no caso de finalizada, já foi objeto de prestação de contas; o *status* do processo; se houve devolução de recurso, e, em caso afirmativo, quanto foi devolvido e quando foi realizada a devolução; e, não tendo sido devolvido o recurso, se houve solicitação para renovação do ajuste – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.637/2023, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas nas respostas a ofícios e requerimentos oriundos do seu gabinete e a requerimentos da

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, os quais tratam da situação dos projetos, melhorias e obras dos seguintes trechos rodoviários: MG-167 (Três Pontas a Varginha); MG-280 (Alto Rio Doce a Dolores do Turvo); MG-132 (Cipotânea, Alto Rio Doce e Desterro do Melo); MG-124 (Brás Pires a Ubá); MG-181 (Bonfinópolis de Minas a Brasilândia de Minas); MG-457 (Santa Rita de Jacutinga a Bom Jardim de Minas); MGC-482 (Porto Firme a Viçosa); MGC-265 (Desterro do Melo a Barbacena e a Mercês); MGC-369 (Campo Belo a Oliveira); MGC-383 (Madre de Deus de Minas, Piedade do Rio Grande e São Vicente de Minas); MG-030 (Congonhas a Ouro Branco); MGC-146 (Passos a São João Batista do Glória); MG-010 e MG-020 (Jaboticatubas); MG-338 (Ibertioga, Piedade do Rio Grande e Santa Rita de Ibitipoca); MG-214 (Mercês, Itamarandiba e Capelinha); MG-211 (Capelinha a Setubinha); MG-402 (Pintópolis a Urucuia); MG-443, MG-030 e MG-129 (Ouro Branco); MGC-464 (Conquista a Sacramento); MG-129 (Conselheiro Lafaiete a Ouro Preto); MG-443 (Lobo Leite a Ouro Branco); MG-030 (Lobo Leite); estrada de acesso ao Parque Estadual da Serra Geral; MG-262 (Ouro Preto a Rio Casca); LMG-650 (Medina a General Dutra); MG-126 (Mar de Espanha a Chiador) e LMG-654 (São João da Vereda) – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.766/2023, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas no inteiro teor do Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo Poder Executivo à Secretaria do Tesouro Nacional em 31/5/2023, conforme noticiado em agência oficial (<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-entrega-plano-de-recuperacao-fiscal-a-uniao-epede-desarquivamento-de-pl-sobre-o-tema>), especialmente tendo em vista o comando legal previsto no art. 1º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, que dispõe que “O Regime de Recuperação Fiscal envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal”, bem como os princípios que regem a administração pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2ª-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3ª-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/7/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.821/2023, dispõe sobre os contratos administrativos no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências e, por meio da Deliberação nº 2.822/2023, regulamenta: o art. 7º da Resolução nº 5.195, de 4 de julho de 2000, que estabelece condições para a realização de concurso público e dispõe sobre o Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembleia Legislativa – Cfal –; e o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 5.339, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Vídeio Mais Comércio e Serviços de Áudio e Vídeo Ltda., tendo como objeto a aquisição de câmeras de vídeo remotas – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 14/2023, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do*

*Legislativo e no Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Carolina Bastos Cará para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Infraestrutura – Gerência de Apoio à Gestão Contratual; verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 10/7/2023, o servidor Paulo César Quintal Scofield Soriano, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de analista de sistemas. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/7/2023**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 4/2023, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 42/2022, autorizando, nos termos do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 7 de dezembro de 2004, a alienação/afetação/inutilização dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia e a Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo e no Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de agosto de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/10/2023**

Às 16h1min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Leninha e Macaé Evaristo e o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os direitos da população de rua por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Egídia Maria de Almeida Aiexe, pesquisadora extensionista do Polos UFMG, representando André Luiz Freitas Dias, coordenador do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da UFMG e coordenador do Programa Polos de Cidadania da UFMG; Elke Oliveira Houghton, coordenadora estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; Olga Inah-Inarê Aquino Ribeiro, membro do Fórum Municipal da População em Situação de Rua; Luíza Mara da Silva Lima, diretora Estadual de Políticas para a População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, representando a secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese; Júnia Roman Carvalho, defensora pública especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, secretária municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar de Contagem; Vilma da Silva Estevam, membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, representando Luiz Henrique da Silva, coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; e Izabella Lourença Amorim Romualdo, vereadora de Belo Horizonte; e os Srs. Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, juiz diretor do Foro da capital, representando Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo, desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Samuel Rodrigues, coordenador do Movimento Nacional População de Rua; Tarcísio da Costa Morais, membro da Frente Popular em Defesa das Pessoas em Situação de Rua de Minas Gerais; e Eron Pereira de Oliveira Neto, coordenador-geral da Diretoria de Articulação de Políticas Públicas da Secretaria da Presidência da República. A presidência registra a presença remota da Sra. Flávia do Bonsucesso Teixeira, diretora de Programa da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde. A presidência concede a palavra a deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta – Macaé Evaristo – Ricardo Campos.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/10/2023**

Às 9h44min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou com relator o deputado mencionado entre parênteses: Propostas de Ação Legislativa nºs 1, 2 e 3/2023, em turno único (deputado Ricardo Campos). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.849/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para realização de ações que mitiguem os impactos ambientais, nos Rios Fanado e Araçuaí, provocados pela ausência de pavimentação nas Rodovias MG-214 e MG-211, que compromete a qualidade da água e a própria sobrevivência dos rios, conforme denúncia apresentada na 10ª Reunião Extraordinária da comissão, que debateu a

situação das Rodovias MG-214, no trecho que liga os Municípios de Senador Modestino e Capelinha, e MG-211, no trecho que liga os Municípios de Capelinha e Setubinha;

nº 3.850/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na relação de balanças em funcionamento no Estado, em que constem sua localização e a justificativa para a não instalação de novas balanças;

nº 3.851/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a possibilidade legal de trânsito de caminhões bitrens em estradas não pavimentadas e os mecanismos de fiscalização e controle nessas estradas;

nº 3.852/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o secretário de Estado de Governo e o diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER –, para debater a situação do processo de pavimentação da MG-214, no trecho que liga o Município de Senador Modestino Gonçalves a Capelinha, e da MG-211, no trecho que liga o Município de Capelinha a Setubinha;

nº 3.853/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas em plano de investimentos em pavimentação de rodovias mineiras para os anos 2024, 2025 e 2026, detalhando-se os trechos a serem contemplados;

nº 3.854/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a situação do projeto executivo para a pavimentação da Rodovia MG-214 e da Rodovia MG-211, com detalhamento do cronograma que está em elaboração, conforme citado pelo representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade na 10ª Reunião Extraordinária, que debateu a situação das Rodovias MG-214, no trecho que liga os Municípios de Senador Modestino e Capelinha, e MG-211, no trecho que liga os Municípios de Capelinha e Setubinha;

nº 3.942/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre quais e quantos cargos se encontram vagos nessa instituição e se há previsão de nomeação dos candidatos aprovados no último concurso;

nº 4.056/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade dos serviços prestados à população pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, tendo em vista a terceirização dos serviços de leitura de medidores de água pela companhia;

nº 4.153/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, a pedido do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente – Sindsema –, com a Secretária de Planejamento e Gestão a reestruturação das carreiras dos servidores do meio ambiente, conforme acordo homologado pelo Poder Judiciário nos autos do Processo nº 0501441-63.2016.8.13.0000, em 19 de dezembro de 2016;

nº 4.194/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o processo de instalação de usinas de energia fotovoltaica no Município de Jaíba, detalhando se há autorização para empresas desmatarem terrenos às margens da MG-401, se existe fiscalização por parte do órgão competente para garantir o respeito à fauna e à flora locais e evitar desmatamento desnecessário e se há impactos negativos ao meio ambiente;

nº 4.206/2023, da deputada Leninha e dos deputados Doutor Jean Freire, Gustavo Santana e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater sobre

as obras de pavimentação e de melhorias nos trechos da BR-367, federais e estaduais, uma reivindicação histórica da população do Vale do Jequitinhonha;

nº 4.383/2023, das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o direito de acesso à terra no Estado, nos termos do Estatuto da Igualdade Racial;

nº 4.449/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a paralisação das obras de construção da ponte sobre o Rio São Francisco, no perímetro do Município de São Francisco, e da pavimentação da MG-402, entre os Municípios de Pintópolis e Urucuia, conforme apontado em ofício da Associação de Câmaras e Vereadores da Área Mineira da Sudene endereçado à comissão;

nº 4.462/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre possíveis ingerências da Secretaria de Estado de Governo na paralisação dos atendimentos e serviços da Cemig, uma vez que o governo manifesta interesse em sua privatização e mobiliza a opinião pública em desfavor dessa importante companhia e da política pública energética direcionada ao povo mineiro;

nº 4.500/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os estudos de impactos ambientais, sociais e econômicos relacionados aos empreendimentos de produção de energia solar, por meio da instalação de placas solares nas superfícies dos lagos, sob a responsabilidade dessa empresa no Estado;

nº 4.501/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à presidente da Furnas Centrais Elétricas S.A., no Rio de Janeiro, pedido de informações sobre os estudos de impactos ambientais, sociais e econômicos relacionados aos empreendimentos de produção de energia solar, por meio da instalação de placas solares nas superfícies dos lagos, sob a responsabilidade dessa empresa no Estado;

nº 4.502/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao presidente da Vale S.A. e à presidente do Brookfield Brasil, no Rio de Janeiro, pedido de informações sobre os estudos de impactos ambientais, sociais e econômicos relacionados aos empreendimentos de produção de energia solar por meio da instalação de placas solares nas superfícies dos lagos, sob a responsabilidade dessas empresas no Estado;

nº 4.510/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para tratar da cessão do terreno da subestação desativada da Cemig no Distrito de Machado Mineiro, no Município de Águas Vermelhas, para que sejam realizadas atividades de piscicultura e o repovoamento das espécies nativas da Bacia do Rio Pardo, com a presença de representantes da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – para dar andamento às tratativas de cessão do espaço e de repovoamento da Bacia do Rio Pardo;

nº 4.511/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Três Marias para debater os impactos socioeconômicos e ambientais negativos da instalação de usina fotovoltaica flutuante no reservatório de Três Marias, conforme relatos apresentados na 12ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 4.512/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Águas – ANA – pedido de providências para que seja revista a outorga concedida aos produtores rurais para uso de água do reservatório do Distrito de Machado Mineiro, no Município de Águas Vermelhas, tendo em vista os relatos apresentados na 12ª Reunião Extraordinária da comissão, em 2/10/2023, de que tal outorga provoca o esvaziamento do reservatório e compromete a atividade de pesca artesanal e pesca amadora na região;

nº 4.513/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioeconômicos e ambientais sobre as atividades de piscicultura, aquicultura, pesca, turismo, lazer e transporte aquático nos lagos, reservatórios, barragens hidrelétricas e lagoas em Minas Gerais provocados pela instalação de placas fotovoltaicas;

nº 4.515/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o derramamento de óleo na represa de Três Marias, ocorrido em 1º de outubro de 2023, com acionamento da sirene por volta das 13 horas, consubstanciadas em estudo para averiguar as responsabilidades sobre o aludido sinistro e a morte de espécies de peixes e outros animais ligada aos altos decibéis da sirene, conforme relatado na 12ª Reunião Extraordinária da comissão, em 2/10/2023;

nº 4.518/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Fundação Getúlio Vargas pedido de providências para que se agilize o cadastramento de pescadoras, pescadores e todos os trabalhadores da cadeia da pesca na Região 5, conforme previsto no Programa de Transferência de Renda do Anexo 1.2 do Acordo da Vale com o Estado de Minas Gerais e as instituições de justiça do Estado pelo rompimento da Barragem de Brumadinho;

nº 4.521/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas à Câmara dos Deputados, aos cuidados do deputado Padre João, ao Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP –, ao Instituto Guaicuy, à Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais, à Colônia de Pescadores e Aquicultores de Três Marias e Região Z5, à Colônia Z15 de Machado Mineiro, à Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais de Lavras e Região – Z17, ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, ao Movimento dos Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Mariana as notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação dos pescadores profissionais artesanais, pescadores de fato e de subsistência, atingidos por grandes empreendimentos, principalmente no tocante às declarações e aos documentos que comprovem a situação de pescadores, à atenção dos governos federal, estadual e municipais a esse público e ao acesso às políticas públicas e ao desenvolvimento da atividade pesqueira no Estado;

nº 4.610/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de reestruturação do programa Bolsa Reciclável, criado pela Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 45.975, de 4 de junho de 2012;

nº 4.622/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para tratar sobre a importância do engajamento e da mobilização popular no enfrentamento à crise climática, bem como debater o Projeto de Lei nº 3.389/2021, de sua autoria, que decreta o estado de emergência climática no Estado de Minas Gerais, considerando a publicação da nova exortação apostólica *Laudate Deum*, do santo padre Francisco, sobre a crise climática, dirigida às pessoas de boa vontade;

nº 4.624/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e Leninha e dos deputados Doutor Jean Freire, Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Marquinho Lemos e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, a pedido do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, os impactos do Projeto de Lei nº 4000/2022 no funcionamento dos cartórios;

nº 4.637/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater, a pedido do Centro Acadêmico Mário Ribeiro, as condições de funcionamento do Hospital Universitário Clemente Faria, do Centro de Ciências Biológicas da Saúde, do Centro Ambulatorial de Especialidade Tancredo Neves, da Unimontes, e a urgência da atualização do plano de carreira dos docentes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2023.

Ricardo Campos, presidente.

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/10/2023**

Às 14h39min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leonídio Bouças, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a necessidade de nomeação e convocação de candidatos aprovados no último concurso para analista da Polícia Civil, na especialidade psicologia, tendo em vista a sobrecarga dos servidores. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério Público de Minas Gerais (20/5/2023); da Secretaria de Estado de Educação (1º/7/2023); da Secretaria de Estado de Governo (3/8/2023); e da Advocacia-Geral do Estado (3/8/2023). A presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados: Projetos de Lei nºs 3.601/2016 (substitutivo(s)), no 2º turno, e 1.159/2023, no 1º turno (deputado Leonídio Bouças), 2.728 e 2.962/2021, 3.917 e 3.958/2022 e 405/2023, no 2º turno (deputada Nayara Rocha), 3.627/2022, no 2º turno (deputado Professor Cleiton), 2.964/2021, no 2º turno, e 5.385/2018, no 1º turno (deputado Rodrigo Lopes), 2.997/2021 e 598/2023, no 2º turno, e 897/2023, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). O presidente avoca a relatoria do relatório final do Tema em Foco Edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, e informa que o Bloco Minas em Frente comunicou a indicação do deputado João Júnior como membro suplente da deputada Nayara Rocha nesta comissão (publicado no *Diário do Legislativo* de 22/9/2023). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação: no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.997/2021 (relator: deputado Sargento Rodrigues), 3.450/2022 (redistribuída a proposição: deputado Leonídio Bouças), 3.610/2022 (redistribuída a proposição: deputado Sargento Rodrigues), 3.798/2022 (relator: deputado Sargento Rodrigues), 3.958/2022 (redistribuída a proposição: deputado Leonídio Bouças), 353/2023 (relator: deputado Roberto Andrade), registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira, 405/2023 (redistribuída a proposição: deputado Leonídio Bouças) e 598/2023 (relator: deputado Sargento Rodrigues), todos na forma do vencido em 1º turno; e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.340/2021 (designado relator: deputado Roberto Andrade) e 3.706/2022 (redistribuída a proposição: deputada Beatriz Cerqueira), ambos na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição de Justiça. Os Projetos de Lei nºs 5.385/2018, 2.728, 2.962 e 2.964/2021, 3.627 e 3.917/2022, são retirados de pauta pelo presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.159/2023, no 1º turno, e 3.601/2016, no 2º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças, que também solicitou prorrogação do prazo regimental do relator no Projeto de Lei nº 5.501/2018, no 1º turno, em virtude de sua redistribuição. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Sargento Rodrigues, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 897/2023, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, o presidente defere o pedido de vista da deputada Beatriz Cerqueira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.688, 3.689, 3.780, 3.922 e 3.937/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 4.143 e 4.191/2023. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.325/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação, no âmbito do serviço público do Estado, do piso salarial nacional do enfermeiro e da enfermeira, do técnico e da técnica de enfermagem, do auxiliar e da auxiliar de enfermagem e da parteira, instituído pela Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de

2022, conforme encaminhamento da 25ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater e cobrar do governador do Estado proposta de recomposição salarial para os servidores públicos estaduais;

nº 4.375/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que sejam definidos, formalizados e publicizados o cronograma e o planejamento de mudança da sede do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – para a Cidade Administrativa de Minas Gerais, bem como o plano de preservação de seus arquivos e de suas obras de arte;

nº 4.376/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Belo Horizonte e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de providências para regularização da situação dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais – Seinfra – relativamente ao pagamento da Gratificação de Incentivo à Produtividade dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura;

nº 4.377/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja dado encaminhamento à proposta do plano de carreira dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e da Seinfra, culminando com a apresentação de projeto de lei sobre a matéria;

nº 4.378/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, antes de ser realizada a mudança do local da sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, sejam ouvidos o Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Associação dos Engenheiros do DER-MG;

nº 4.415/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, bem como a falta de retorno das negociações das cláusulas econômicas da data-base de 1º de maio de 2022;

nº 4.421/2023, do deputado Luizinho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações a respeito das causas que levaram à interrupção do fornecimento de água em toda a zona urbana do Município de Alfenas, entre os dias 23 e 24 de setembro de 2023, e das medidas que estão sendo tomadas pela empresa para evitar que situações de interrupção permanente como essa voltem a ocorrer;

nº 4.431/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja incluído representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no grupo de trabalho instituído pela Resolução Conjunta Seplag/Sisema nº 9.584/2016, alterada pela Resolução Conjunta Seplag/Sisema nº 9.586/2016, em cumprimento à decisão judicial relativa ao Processo nº 1.0000.16.050144-1/003;

nº 4.469/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o processo de aposentadoria do Sr. Elincarlos Lopes Moura, investigador de polícia, Nível III, Masp: 386.356-0, em trâmite nessa pasta;

nº 4.489/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações consubstanciadas no plano de transferência desse departamento, com respectivo cronograma, contendo endereço e croqui, *layouts*, mapa de distribuição dos setores da nova sede, plano

de prevenção e combate a incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros, plano de transporte, alimentação e vagas de estacionamento para os servidores e estudo que comprove a economicidade da transferência, ressaltando-se a necessidade de que seja criada uma comissão para acompanhar esse trabalho;

nº 4.565/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para debater o projeto de obra pública de construção de grandes bacias de contenção de águas pluviais nas imediações dos Bairros Estoril, Estrela Dalva e Havaí, que poderá atingir o Córrego Cercadinho, área de preservação ambiental, bem como a horta do projeto Cemar-Estoril, como encaminhamento da 27ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 4.566/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – e à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Smobi – de Belo Horizonte pedido de informações sobre se há planejamento para retirada dos moradores cujas residências se situam na região em que se fará a construção de bacias de contenção de cheias, especificando quais as áreas de abrangência das desapropriações; e, com relação aos moradores que não forem retirados, em caso de transbordamento das bacias, considerando o risco à vida desses moradores, se haverá projeto de contingência na hipótese de excesso de chuvas na região da Bacia do Cercadinho, conforme encaminhamento oriundo da 27ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/10/2023;

nº 4.567/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, ao secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte e ao secretário municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte pedido de informações sobre o impacto que a construção das bacias representará para os moradores da região afetada relativamente ao aumento de vetores que podem aumentar a incidência dos casos de dengue, chikungunya e zika, uma vez que as bacias funcionarão como local de detenção de água durante o período de chuvas, conforme encaminhamento oriundo da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 3/10/2023;

nº 4.568/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, ao superintendente da Superintendência de Limpeza Urbana e ao secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte pedido de informações sobre os resíduos que ficarão retidos nas bacias a serem construídas, esclarecendo se serão retirados à medida que ocorrerem as chuvas ou somente após o período de chuvas, que pode se estender por até seis meses, conforme encaminhamento oriundo da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, realizada em 3/10/2023;

nº 4.572/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Obras de Belo Horizonte pedido de informações sobre estudos de eficácia das bacias de contenção de cheias já existentes na cidade de Belo Horizonte; a existência de alternativas para solução do problema de drenagem pluvial das cidades, como jardins de chuvas; e a previsão de obras de reassentamento em unidades habitacionais para a comunidade ribeirinha, que será removida no caso de construção das bacias de contenção no Córrego Cercadinho;

nº 4.573/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Córrego do Cercadinho e à Horta do Projeto Cemar, no Município de Belo Horizonte, para verificar as imediações do local onde serão construídas bacias de contenção de águas pluviais, uma vez que, conforme encaminhamento da 27ª Reunião Extraordinária, que debateu o projeto de obra pública de construção de uma grande bacia de contenção de águas pluviais nas imediações dos Bairros Estoril, Estrela Dalva e Havaí, a obra poderá atingir o Córrego Cercadinho, área de preservação ambiental, bem como a horta do projeto Cemar-Estoril;

nº 4.574/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel – pedido de providências para que seja regularizado o calendário de pagamentos da Bolsa Moradia, tendo em vista os atrasos relatados por ribeirinhos do Córrego Cercadinho em audiência pública na 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 3/10/2023, que debateu sobre a construção de uma grande bacia de contenção de águas pluviais nas

imediações dos Bairros Estoril, Estrela Dalva e Havaí, que poderá atingir o Córrego Cercadinho, área de preservação ambiental, bem como a horta do projeto Cemar-Estoril;

nº 4.675/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Lucas Lasmar, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o impacto financeiro do novo plano de carreira aprovado na mesa de negociação do SUS, incluindo despesas com servidores ativos, inativos e pensionistas;

nº 4.676/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral do Estado – CGE – pedido de providências para que sejam especificadas, nas tabelas de despesas com pessoal do Portal da Transparência, as despesas com pessoal inativo e com pensionistas de cada órgão do Estado;

nº 4.679/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a disparidade de vencimentos entre mulheres e homens no âmbito do serviço público de saúde do Estado;

nº 4.680/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os gastos com pessoal no âmbito dos serviços públicos de saúde do Estado, especificados por tipo de vínculo com a administração pública: efetivos, terceirizados, recrutamento amplo, etc;

nº 4.681/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Centro de Especialidades Médicas – CEM – do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, no Município de Belo Horizonte, para averiguar o déficit na capacidade de atendimento ambulatorial da rede própria do Ipsemg em razão de falta de pessoal;

nº 4.683/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os prejuízos para os municípios e para o conjunto da sociedade mineira da adoção do modelo de organizações sociais na política de prestação dos serviços públicos na área da saúde;

nº 4.703/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Confederação das Carreiras Típicas de Estado pelo ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.475, distribuída à relatoria do ministro Cristiano Zanin, contra a Lei nº 24.314, de 2023, que aumentou a remuneração do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado e dos secretários adjuntos de Estado, com aplausos à nobre iniciativa.

Em seguida, é aprovado o plano de trabalho do Tema em Foco Edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza: “Gestão de recursos humanos no setor público e realização de concursos públicos”. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cristiane Santos de Souza Nogueira, conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais da 4ª Região – CRP 04; Karolina de Melo Martins, diretora assistencial do Hospital da Polícia Civil – HPC; Cintia Coelho dos Santos, psicóloga do Instituto Médico Legal – IML; Tânia Maria Oliveira Alves, chefe do Setor de Psicologia da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – Acadepol; Jennifer Danielle Souza Santos, presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais – Psind-MG; e Bárbara Fernanda Gonçalves Arruda de Brito Ribeiro, representante da Comissão de Excedentes de Escrivães; e os Srs. Erick Souto Guimarães, perito da Polícia Civil de Minas Gerais e fundador do projeto Cuide-se Policial; Jefferson dos Santos Pereira, diretor jurídico do Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais – Siapol; Saulo de Tarso Gonçalves da Silva Castro, delegado de polícia e assessor de Comunicação Social da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, representando a chefe da PCMG; Marcelo Gleidison Dias Horta, diretor jurídico do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; Gleisson Mauro de Souza Costa, secretário-geral do Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais – Siapol; e Rafael Divino de Vasconcelos, superintendente central de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, representando a secretária. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os

debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,  
EM 17/10/2023, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase**

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.219/2016, do deputado Thiago Cota, que declara patrimônio cultural imaterial do Estado a fabricação de panelas de pedra-sabão no Distrito de Cachoeira do Brumado, Município de Mariana. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.450/2022, do deputado João Vítor Xavier, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.829/2022, do deputado Professor Cleiton, que reconhece o Município de Jesuânia como Terra das Congadas. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 247/2023, do deputado Zé Laviola, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberaba o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 353/2023, do deputado João Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caratinga o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 598/2023, do deputado Tadeu Martins Leite, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 679/2023, do deputado Leleco Pimentel, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a tradição doceira do Caminho dos doces, no Distrito de São Bartolomeu, no Município de Ouro Preto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.864/2022, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 670/2023, da deputada Bella Gonçalves, que reconhece como de relevante interesse cultural a tradição esquetista na cidade de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 954/2023, do deputado Lucas Lasmar, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Semana Santa no Município de Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.055/2023, do governador do Estado, que ratifica o protocolo de Intenções firmado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de construir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/10/2023**

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 8/2023, do deputado Lucas Lasmar.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 2/2023, do deputado Professor Cleiton; Projetos de Lei Complementar nºs 84/2022, do deputado Cristiano Silveira, e 26/2023, do deputado Professor Cleiton; Projetos de Lei nºs 2.290/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 677/2019, do deputado Coronel Sandro; 821/2019, do deputado Douglas Melo; 2.278/2020, do deputado Coronel Henrique; 3.758/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.794/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.844/2022, dos deputados Bartô e Alencar da Silveira Jr.; 3.898/2022, do deputado Carlos Henrique; 138/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 588/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 711/2023, do deputado Leleco Pimentel; 754/2023, da deputada Macaé Evaristo; 807/2023, da deputada Maria Clara Marra; 931/2023, do deputado Arnaldo Silva; 1.043/2023, das deputadas Lohanna e Bella Gonçalves; 1.059/2023, do deputado Caporezzo; 1.192/2023, da deputada Lohanna; 1.200/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.228/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.281/2023, da deputada Nayara Rocha; e 1.314/2023, da deputada Lohanna.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.657/2022, do deputado Fábio Avelar; 748/2023, do deputado Gustavo Valadares; 1.048/2023, do deputado Celinho Sintrocel; 1.083/2023, da deputada Alê Portela; 1.086/2023, do deputado Zé Guilherme; 1.094/2023, do deputado Douglas Melo; 1.140/2023, da deputada Alê Portela; 1.219/2023, da deputada Lohanna; 1.226/2023, da deputada Marli Ribeiro; 1.251/2023, da deputada Lohanna; 1.276/2023, do deputado Bruno Engler; 1.287/2023, do deputado Cristiano Silveira; 1.288/2023, do deputado Celinho Sintrocel; e 1.318/2023, do deputado Leleco Pimentel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/10/2023**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.684/2021, do deputado Doutor Jean Freire.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/10/2023**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 17/10/2023**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2023**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.601/2016, do deputado Tadeu Martins Leite; 2.728/2021, do deputado Betinho Pinto Coelho; 2.962 e 2.964/2021, do deputado Roberto Andrade; 3.627/2022, do deputado Doutor Paulo; e 3.917/2022, do deputado Rafael Martins.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 35/2023, do governador do Estado; Projetos de Lei nºs 897/2023, do deputado Noraldino Júnior; 4.224/2017, do deputado Nozinho; 5.385/2018, do deputado Fábio Avelar; 5.501/2018, dos deputados Tiago Ulisses e Cassio Soares; 1.332/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 3.044/2021, do deputado Braulio Braz; 3.717/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 876/2023, do governador do Estado; 1.159/2023, do deputado Raul Belém; e 1.196/2023, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/10/2023**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.919/2022, do deputado Gustavo Santana.

Requerimento nº 3.731/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/10/2023**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 225/2023, do deputado Duarte Bechir, 299/2023, da deputada Nayara Rocha, e 970/2023, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.323/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., 722/2023, do deputado Arnaldo Silva, e 1.077/2023, da deputada Leninha.

Requerimentos nºs 3.925/2023, da Comissão de Segurança Pública, e 3.990/2023, do deputado Ricardo Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/10/2023**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater os impactos do Projeto de Lei nº 672/2023, que concede isenção do ICMS sobre as operações internas com cadeira de rodas elétrica, para pessoas com deficiência motora ou obesas, na vida dos cadeirantes, das pessoas com mobilidade reduzida e dos obesos do Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Lud Falcão e os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Paulo e Lucas Lasmар, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Programa Miguilim, que tem como objetivo detectar alterações auditivas e oculares em crianças matriculadas na rede pública de ensino para custeio de consultas especializadas, exames complementares e óculos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2023.

Arlen Santiago, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2023, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.684/2021, do deputado Doutor Jean Freire, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.838/2022, do deputado Virgílio Guimarães,

770/2023, do deputado João Vítor Xavier, 787/2023, do deputado Sargento Rodrigues, 809/2023, do deputado Ricardo Campos, 999/2023, do deputado Cassio Soares, e 1.017/2023, do deputado Charles Santos; de votar, em turno único, o Requerimento nº 3.776/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2023.

Betão, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças, Luizinho e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2023, às 17h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.055/2023, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2023.

Zé Guilherme, presidente.



### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.919/2022

##### Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

##### Relatório

De autoria do deputado Gustavo Santana, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Esportistas de Teófilo Otoni, com sede no Município de Teófilo Otoni.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Esportistas de Teófilo Otoni, com sede no Município de Teófilo Otoni, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca promover a prática do futebol masculino e feminino e competir em outras modalidades esportivas amadoras.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.919/2022, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2023.

Coronel Henrique, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.321/2023****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado João Magalhães, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Comunicação de Rádio Fusão da Comunidade de São Sebastião do Sacramento Manhuaçu – RFSS –, com sede no Município de Manhuaçu.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. A primeira examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.321/2023 objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Comunicação de Rádio Fusão da Comunidade de São Sebastião do Sacramento Manhuaçu – RFSS –, com sede no Município de Manhuaçu, que tem como objetivo a execução de serviços de radiodifusão comunitária. Em seu estatuto está previsto que a entidade tem caráter cultural e social, possui gestão comunitária, é constituída pela união de moradores e representantes da comunidade atendida e não possui fins econômicos.

A Comissão de Constituição e Justiça, em suas considerações e após o exame da documentação que instrui o processo, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto, na forma apresentada.

Tendo em vista a finalidade já descrita da associação, bem como a importância de se promover o desenvolvimento social e a liberdade de imprensa no Município de Manhuaçu, entendemos que ela merece ser declarada de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.321/2023, na forma original.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2023.

Charles Santos, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/10/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Marília dos Santos Mesquita, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

exonerando Polianna Soalheiro Dupin, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Vanessa de Souza Pereira, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;  
nomeando Josilene de Oliveira Calisto Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo;  
nomeando Paula Santos Bitencourt, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;  
nomeando Paulo Amaral, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;  
nomeando Polianna Soalheiro Dupin, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

#### **DESPACHOS DA SRA. GERENTE-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

Prorrogação do prazo de posse – Edmar Antunes de Oliveira – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Henrique Matos Castelar Brito – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Jose Wellington da Silva – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico em Edificações, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Júlia Birchal Domingues – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Mario Alves Junior – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Paula Souza e Faria Fonseca – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Paulo Victor Aldeia Teixeira – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Pedro Yan Rezende dos Santos – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro

de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Victor Antônio Ottoni Gonçalves – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.

Prorrogação do prazo de posse – Vitória Silva Mendes – Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 17/10/2023, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983. Deferido.